

DESPACHO

DECISÃO DE DESPEDIMENTO POR EXTINÇÃO DO POSTO DE TRABALHO [MINUTA]

Considerando que o/a ... [*identificação da Entidade Empregadora Pública*] não logrou assegurar o financiamento da atividade do Centro Novas Oportunidades por si promovido através dos instrumentos legalmente disponíveis, em virtude dos constrangimentos orçamentais e financeiros atualmente existentes e que se impõem, com particular acuidade, no âmbito do sector público;

Considerando que, em face da insustentabilidade financeira do funcionamento do Centro Novas Oportunidades por si promovido e de modo a salvaguardar a prossecução da missão deste estabelecimento de ensino/agrupamento, o/a ... [*identificação da Entidade Empregadora Pública*] requereu a extinção do referido centro, nos termos e ao abrigo do n.º 2 do artigo 24.º da Portaria n.º 370/2008, de 21 de maio;

Considerando que, por deliberação do Conselho Diretivo da Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I. P. (ANQEP, I.P.), de ... de ... de 2012, foi determinada a extinção do Centro Novas Oportunidades do/a ... [*identificação da Entidade Empregadora Pública*], em conformidade com a Deliberação n.º .../2012, publicada na 2.ª série do *Diário da República*, de ... de ... de 2012;

Considerando que, nos termos da deliberação ora identificada, a atividade do Centro Novas Oportunidades promovido pelo/a ... [*identificação da Entidade Empregadora Pública*] cessa no termo do prazo de 40 dias úteis a contar de ... de ... de 2012;

Considerando que, em resultado da mencionada Deliberação n.º .../2012, de ... de ... de 2012, o/a ... [*identificação da Entidade Empregadora Pública*] promoveu o despedimento por extinção de postos de trabalho de ... trabalhadores afetos ao Centro Novas Oportunidades extinto por força daquela deliberação, ao abrigo do disposto nos artigos 368.º e seguintes do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, na redação conferida pela Lei n.º 53/2011, de 14 de outubro (abreviadamente designado por Código do Trabalho);

Considerando que os motivos que determinaram o despedimento por extinção de postos de trabalho e acima melhor expostos não se devem a conduta culposa do/a ... [*identificação da Entidade Empregadora Pública*] nem dos trabalhadores por aquele abrangidos;

Considerando que a extinção do Centro Novas Oportunidades promovido pelo/a ... [*identificação da Entidade Empregadora Pública*] torna impossível a subsistência da relação jurídica de emprego público constituída com os trabalhadores que têm vindo a ocupar os postos de trabalho a extinguir e especificamente afetos àquele centro, por indisponibilidade de outros postos de trabalho por ocupar que se mostrem compatíveis com a “categoria profissional” dos trabalhadores em questão [*quando aplicável, deverá ser ainda mencionada a recusa de alternativa proposta ao/à trabalhador(a)*];

Considerando que o/a ... [*identificação da Entidade Empregadora Pública*] não mantém em vigor qualquer contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo para o desempenho das funções correspondentes às dos postos de trabalho a extinguir;

Considerando que não se encontram preenchidos os pressupostos de aplicação do despedimento coletivo, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 359.º do Código do Trabalho;

Considerando que em caso de despedimento por extinção de posto de trabalho, os trabalhadores despedidos têm direito a uma compensação definida nos termos dos artigos 366.º ou 366.º-A, consoante o caso, conjugados com o artigo 372.º, todos do Código do Trabalho, sem prejuízo dos demais créditos vencidos e dos créditos exigíveis por efeito da cessação do contrato de trabalho em funções públicas;

Assim, ao abrigo do artigo 371.º do Código do Trabalho, aplicado *ex vi* o n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de junho, conjugado com o n.º 1 do artigo 7.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, e nos termos do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, determino:

1 – O despedimento dos seguintes trabalhadores, titulares de um contrato de trabalho em funções públicas celebrado com o/a ... [*identificação da Entidade Empregadora Pública*] para o desempenho de funções no Centro Novas Oportunidades promovido por este ... [*estabelecimento de ensino ou agrupamento, consoante o caso*], em virtude da extinção dos postos de trabalho ocupados por aqueles trabalhadores:

- a) ... [*nome completo do(a) trabalhador(a)*] – atualmente a ocupar posto de trabalho correspondente às carreira e categoria de ... [*identificar a carreira e categoria associada ao posto de trabalho em questão*] e à atividade de ... [*identificar as funções exercidas no Centro Novas Oportunidades*] –, com efeitos no dia ... de ... de 2012 [*identificar a data da cessação do contrato*];
- b) (...);

2 – A atribuição aos trabalhadores despedidos nos termos do número anterior das seguintes quantias, a título de compensação, de créditos vencidos e de créditos exigíveis por efeito da cessação do respetivo contrato de trabalho em funções públicas, de acordo com autorização de despesa conferida por ... [*identificação do ato – forma e data – do órgão competente para o efeito*]:

- a) Ao/À trabalhador(a) ... [*identificação do nome completo do(a) trabalhador(a)*], a quantia global de € ... (...), discriminada nos termos que se seguem:
 - € ... (...), referente à compensação legalmente devida;
 - € ... (...), referente a créditos vencidos;
 - € ... (...), referente a créditos exigíveis por efeito da cessação do contrato de trabalho em funções públicas;
- b) (...).

Local e data

O órgão competente da Entidade Empregadora Pública

(Assinatura)